Presidente do Legislativo de Pato Branco cobra explicações sobre o castramóvel

Marcilei Rossi
marcilei@diariodosudoeste.com.br

Na sessão da quarta-feira (3), da Câmara de Vereadores de Pato Branco, a vereadora e presidente do Legislativo, Thania Caminski (PP), apresentou o requerimento 719/2023, pedindo justificativa pela não utilização do castramóvel no município.

"Como todos sabemos tem um castramóvel em Pato Branco (...) e a última vez que o secretário do Meio Ambiente [Matheus Nichetti], esteve na Casa, ele falou que tem impossibilidade, que não tem como rodar o castramóvel", afirmou Thania durante as explicações pessoais.

Defensora da causa animal, a vereadora comentou manifestação feita pelo secretário, falando haver uma impossibilidade, da Vigilância em Saúde do Município.

"Me pergunto. Por que cidades menores, [como] Enéas Marques, bem menor que Pato Branco tem um castramóvel e ele funciona? Por que em Pato Branco não funciona?", argumentou a progressista completando, "então, nada pode na cidade de Pato Branco."

Castramóvel

O reboque que recebe a denominação de castramóvel chegou em Pato Branco em 2020, através de emenda parlamentar federal, na ordem de R$ 125 mil. O equipamento nunca foi utilizado em Pato Branco.

Medicamentos oncológicos serão isentos de ICMS no Paraná

Na quarta-feira (3), o deputado Ney Leprevost (União), presidente da Frente Parlamentar da Medicina do Paraná, recebeu na Assembleia Legislativa o diretor Administrativo e Financeiro da Unimed, doutor Alexandre Gustavo Bley, que estava acompanhado do presidente da Unimed Paraná, Paulo Roberto Fernandes Faria.

Na oportunidade, eles pediram apoio da Frente Parlamentar da Medicina para a adesão do Estado do ao convênio nº 132/2021 que aumenta o número de medicamentos oncológicos e imunobiológicos isentos da cobrança de ICMS, o que já ocorre em outros estados brasileiros e beneficia os pacientes.

No mesmo instante, Ney consultou o secretário da Fazenda, René Garcia e obteve a garantia de isenção do ICMS para os remédios oncológicos após aprovação do orçamento para o próximo ano.

Segundo os especialistas, os avanços nas pesquisas de novos fármacos fazem com que novas soluções sejam colocadas à disposição do mercado da saúde, deste modo, a ampliação da isenção do ICMS permite amenizar os efeitos econômicos, com reflexos diretos na sociedade.

"Agradeço muito a sensibilidade do governador Ratinho Junior e do secretário da Fazenda. A disponibilização destes novos medicamentos de forma gratuita pelo SUS e pelos planos de saúde assegura na prática o direito à vida" afirmou Ney Leprevost. **(Alep)**



Com concessão de rodovias para a União, licitação de pedágios pode inspirar outros estados

RODRIGO FELIX LEAL/SEIL



O convênio para o repasse de rodovias estaduais a União foi publicado ontem, no Diário Oficial da União

O convênio para delegação das rodovias estaduais do Paraná ao governo federal foi publicado no Diário Oficial da União da quinta-feira (4), um dia após a assinatura do documento realizada pelo governador Ratinho Junior, em encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro dos Transportes, Renan Filho. A próxima etapa será a publicação do edital da concessão à iniciativa privada, prevista para ocorrer no dia 16 de maio.

O Lote 1 (Região Metropolitana de Curitiba e Campos Gerais) e o Lote 2 (Litoral e Norte Pioneiro) serão disputados por leilão na Bolsa de Valores, que deve ocorrer entre 24 de agosto e 16 de setembro.

O secretário estadual de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sandro Alex, participou do encontro em Brasília. Ontem, ele explicou os detalhes das concessões. A expectativa é que as empresas já estejam operando nas rodovias dos dois primeiros lotes a partir do último trimestre de 2023. Segundo Sandro Alex, o modelo feito pelo Governo do Paraná, em conjunto com o governo federal, será o exemplo de concessões a ser utilizado no Brasil.

"Essa modelagem foi entendida pelo governo federal como a modelagem padrão para os demais estados do Brasil. O Paraná, com a sua experiência, e todo debate realizado com Assembleia Legislativa, Câmara Federal, setor produtivo, imprensa, e a sociedade como um todo colaborou para que o modelo de concessão de rodovias do Paraná seja utilizado como exemplo. Outros estados já estão estudando o modelo do Paraná, como por exemplo Santa Catarina", afirmou.

O secretário também explicou sobre as exigências feitas pelo governo estadual para que as empresas vencedoras cumpram os contratos. "Nós tivemos um excesso de zelo nessa modelagem por causa do histórico que tivemos com a concessão. Essa foi até uma crítica que recebemos, mas previmos várias garantias para execução das obras, que vão desde a participação no leilão para empresas capacitadas até o depósito do aporte financeiro. É um modelo muito diferente da antiga concessão", completou.

O aporte começa a partir dos lances de 18% de desconto no leilão, com o valor de R$ 100 milhões aportados a cada ponto percentual de desconto até os 23%. Entre 23% e 30% de desconto, o desconto adicional deverá ser de R$ 120 milhões a cada ponto, que passará a ser de R$ 140 milhões para descontos acima de 30%, sempre de forma cumulativa.

"Esse dinheiro é do usuário. Não é dinheiro para o governo federal e nem para o governo estadual. Não é uma outorga. Esse dinheiro fica no contrato, justamente para garantir uma tarifa menor no contrato ou alguma obra que não estava prevista no futuro. Essa definição será feita a cada cinco anos", explicou o secretário.

Ainda segundo ele, nos primeiros dois anos as estradas receberão conservação e manutenção adequadas, com o terceiro ano previsto para o início das obras. Este prazo é concedido para elaboração de projetos e obtenção de licenças para o início das duplicações e construções de viadutos.

Desconto na tarifa

As tarifas vão a leilão com descontos de 20% a 30% em relação ao modelo anterior, podendo alcançar valores mais baixos a partir da disputa entre as concorrentes. O diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), Fernando Furiatti, também esteve em Brasília ao lado do governador e do secretário. Ele explicou sobre os valores por quilômetro rodada, que servirão de parâmetro no dia do leilão.

"Nós conseguimos elevar a expertise do Paraná, que durante 24 anos acompanhou o último processo de concessão. As nossas equipes foram atuantes junto ao governo federal para que pudéssemos trazer para esse modelo tarifas significativamente menores. Vamos usar como referência a tarifa por quilômetro rodado, que será entre R$ 0,11 e R$ 0,12. Antes, o pedágio cobrava em média até R$ 0,25 centavos por quilômetro rodado", afirmou Furiatti.

Também está prevista a implementação de uma nova metodologia de cobrança, conhecida como free flow. Ela é utilizada, por exemplo, na Europa, nos Estados Unidos e na China. Inicialmente, as cobranças serão feitas via praças de pedágio, com a alteração gradativa para o novo modelo.

Através do free flow, a cobrança não é realizada na praça, mas sim através de sistemas de pórticos ao longo da rodovia, considerando a quantidade de quilômetros rodados através da TAG. Desta forma, é garantido aos usuários que eles paguem o pedágio apenas pelo trecho percorrido, e não por toda a extensão da rodovia pedagiada. "É um modelo mais justo que está sendo iniciado no Brasil na rodovia que liga Rio de Janeiro e Santos. Aqui no Paraná, nós também vamos implementar", afirmou.

Outras novidades são os descontos previstos para utilização de TAG, descontos para usuários frequentes.

O coordenador de Concessões e Pedágios Rodoviários do DER/PR, Guilherme Conte, explica a previsão de maiores descontos na tarifa. "Nós temos o desconto do usuário frequente, que é, por exemplo, o usuário que se desloca do seu município até seu emprego passando por uma praça de pedágio. Quanto mais ele rodar, maior será o desconto. Também está previsto o desconto automático de 5% para veículos leves que utilizarem o pagamento via TAG", explicou.

As rodovias também terão adoção do sistema IRAP (Programa Internacional de Avaliação de Estradas), que garante a segurança das estradas por classificação, visando diminuir o número de acidentes. Serão executadas obras de segurança viária para aumentar gradativamente a classificação das rodovias, como iluminação em trechos urbanos, instalação de defensas, tachas refletivas, correções de desnível, entre outros.

Próximos lotes

O secretário Sandro Alex também falou sobre o andamento os outros quatro lotes, que incluem as rodovias do Norte, Noroeste, Sul, Sudoeste e Oeste do Paraná. "Os quatro demais lotes já estão encaminhados ao Tribunal de Contas da União, que está fazendo a análise para sejam feitos os leilões na sequência. Nossa expectativa é que ainda este ano mais dois lotes possam ficar prontos para o leilão", afirmou. **(AEN)**